

# O Brasil, a Alemanha, a Europa e o Novo Cenário Internacional<sup>1</sup>

Amerino Raposo Filho\*

Matéria extraída de artigo publicado no Caderno de Estudos Estratégicos (n.º 3 Especial, março de 1996) do CEBRES – Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos. Apresenta uma análise prospectiva da distribuição do poder mundial no início do próximo milênio, em função das transformações do cenário internacional deste final de século, e a posição do Brasil em relação a ela.

## A EUROPA NO NOVO CENÁRIO INTERNACIONAL

**C**omo estará configurada a Europa no próximo século?

Será possível desenhar cenários – otimistas, pessimistas, ou ainda, realistas – de um continente geopolítico, que apresenta peculiaridades geoestratégicas multifacetadas, denunciadoras de contrações e repulsões, sístoles e diástoles do mapa geopolítico de antes, e, sobretudo, depois de 1945? Quando é possível

saber que outras variáveis poderão significar mudanças sensíveis e, até, revolucionárias na política de poder do planeta, como ocorreu no século XIX e no atual, com o ingresso de atores decisivos em cenas e cenários crescentemente intrincados?

Será possível imaginar, ademais, o papel eminentemente relevante da Alemanha no equilíbrio europeu e em face do continente eurásico?

E o Brasil, como situá-lo nesse contexto? Como poderá ele posicionar-se geoestratégicamente, num crescente e auspicioso relacionamento dual com a Alemanha?

Pincemos, em *flashes* retrospectivos dos séculos XIX

e XX, a contribuição geopolítica ternária dos Estados Unidos da América (EUA), da Alemanha e da Grã-Bretanha, para melhor compreender a Europa do futuro.

Os EUA, libertos da Grã-Bretanha, em 1783, emergem no século XIX preocupados em competir com sua geratriz, ultrapassando-a no comércio mundial. Para tanto, seguiu os mandamentos geopolíticos *mahanianos*,<sup>2</sup> traduzidos nas doutrinas Monroe (1823), do Destino Manifesto (1835), de Portas Abertas (1896), nas guerras de conquista territorial contra o México e a Espanha, nas políticas prudentemente isolacionista ou interesseiramente intervencionista etc.

\* Coronel de Artilharia e Estado-Maior.

1. Seleccionado pelo PADECEME.  
2. Projeção do poder continental e transoceânico.

Tão importante foi essa expansão de poder nas primeiras décadas do século XIX, que animou A. Tocqueville a vaticinar, em 1835,<sup>3</sup> que os EUA seriam, com a Rússia, as duas grandes potências do século XX.

A Alemanha, unificada após fulminantes conflitos político-militares, nos anos 60 do século XIX, sucessivamente com a Dinamarca, a Áustria e, sobretudo, com a França (1870/71), a longa preparação, de seis décadas, para vingar a derrota de 1806, em Iena – Auestaedt, frente aos exércitos napoleônicos, e a vitória decisiva da Prússia, que incorporou os territórios da Alsácia-Lorena, a partir de quando expandiu o poder nacional, tornando-se hegemônica no final do século e realizando parte do sonho de Frederico List, nos anos 30.

A Grã-Bretanha que, até o século XIX, tirara partido geopolítico de sua insularidade, mantendo-se como poder marítimo mundial incontestável durante a era vitoriana (1837/1901), percebeu que, embora detivesse

32 milhões de km<sup>2</sup> de império colonial e fosse detentora dos principais pontos estratégicos nas diversas rotas marítimas, começava a enfrentar a concorrência transoceânica do poder marítimo norte-americano. Compreendeu que sua composição binária com a França, como poder terrestre continental, não seria bastante para conter a projeção de poder da Alemanha. Diante do cenário europeu, tão complexo e preocupante, eis que surge a proposta da doutrina geopolítica mackinderiana, do *pivô geográfico da história*, (conferência de 1904) que, hábil e talentosamente, exaltava como *terra coração* na Eurásia, um dos centros de gravidade geoestratégica, deixando de considerar outro, da bacia atlântica, nos EUA.

Precipitada a Guerra de 1914/1918 e, ao final, a vitória das potências ocidentais sobre a Alemanha e o impasse em Versalles para a concertação dos tratados representativos da paz dos vencedores, estimulou Mackinder a renovar a tese da *terra coração* em *ideais democráticos e realidade* (1919) sugerindo, e sendo aceita, como única alternativa para a *paz frus-*

*trada*, que produziria a *guerra inevitável*, o famoso *cordão sanitário* de oito unidades políticas, das doze criadas com a descaracterização dos impérios alemão, austro-húngaro e otomano, para impossibilitar em definitivo,<sup>4</sup> o que tanto temia o mestre da geopolítica inglesa: uma composição binária Alemanha-Rússia, por aliança ou por domínio de uma potência sobre a outra.

O mapa geopolítico resultante para a Europa de 1919 continha tantas anomalias étnicas, culturais e religiosas na configuração das diversas unidades políticas, fazendo surgir Estados multinacionais e nações em mais de um espaço político, que os anos 20 e 30 esboçarão os lineamentos do cenário global de 39/45, desenho do maior conflito político-militar deste século, envolvendo todos os continentes numa guerra de dimensões além da nacional e da total, exibindo a plena dimensão global da estratégia e culminando com a aurora da dimensão planetária, nas explosões nucleares de Hiroshima e Nagasaki – conflito global, que terminou com a partilha do mundo,<sup>5</sup> ficando a Alemanha

3. A Democracia na América.

4. Por ironia, quase se concretizando.

5. Concertada em fevereiro de 1945, em Yalta, antes mesmo da guerra, terminada em maio.

dividida e totalmente destruída.

Na verdade, o mundo pós 45, quanto às relações de poder entre centros binários ou terciários e, até, multipolares, é o mesmo da longa evolução no espaço-tempo histórico-cultural kantiano: Roma-Cartago;<sup>6</sup> a bi e a tripartição do Império Romano,<sup>7</sup> Espanha-Portugal,<sup>8</sup> evoluindo para novos centros de poder, em convivência conflitiva político-estratégica dual ou trinária-centros, sobretudo, francês e inglês, em busca de uma hegemonia europeia e mundial, dando origem a longos e demorados conflitos e guerras. E, nos tempos contemporâneos, após as guerras revolucionárias e napoleônicas, continuou a disputa do pódio hegemônico entre a Grã-Bretanha e a França, e, depois, também a Prússia. Nessa configuração geoestratégica do final do século XIX emergiram, no iceberg transoceânico, os EUA, e, na Europa, a Alemanha edificada, a disputar o poder

terrestre, ultrapassando a Grã-Bretanha e contendo a França, derrotada e mutilada em 1870-71.

Da complexa moldura político-estratégico-militar da Segunda Guerra Mundial de trinta anos (1914 – 1945) e de sua significação geoestratégica, vemos exponentializar-se a disputa de poder entre as principais potências, para a asfixia de umas e a sobrevivência ampliada de outras. Grã-Bretanha, França e EUA, preocupados em negar à Alemanha, unificada e fortalecida político-economicamente, a permanência no triângulo de poder político-militar europeu, enfrentam a *Campanha de 1914-1918* e, por motivos mais graves e atores variados, a *Campanha de 1939-1945*, um conflito global tridimensional. O resultado de ambas foi o mesmo, ou seja, o esforço para impedir o expansionismo alemão e uma possível aliança com a Rússia, uma tentativa de neutralizar e descaracterizar a Alemanha como unidade política soberana e autodeterminada.

Após 1945, isolam-se as superpotências EUA e URSS, em bipolaridade de poder militar, inclusive nuclear,

descaracterizam-se os impérios coloniais (Grã-Bretanha, França e Portugal) e expande-se o Império Comunista. Na Europa, Paris e Londres, centros de poder nos séculos XVIII e XIX, são desafiados, ao final deste último, por Berlim que disputa a hegemonia continental e mundial. Após 1945, compõem, com Moscou, a trinária geoestratégia do continente europeu, sendo aos poucos Grã-Bretanha e França lideradas pelo poder global incontestável dos EUA, em obstinada confrontação político-ideológica com a URSS, a grande vitoriosa de 1939/45.

*O fim da Guerra Fria estimulou o separatismo nos ex-países do Leste e agravou os conflitos geoeconômicos entre as potências do Oeste, pondera Obsen Edward E. Luttwak que acrescenta:*

*Hoje, vemos o confronto Leste-Oeste da guerra substituído pelos conflitos étnicos e guerras civis, na ex-esfera oriental, e por conflitos econômicos, cada vez mais acirrados, no interior da ex-esfera ocidental.*

Nos anos 90, o mundo e a Europa se encaminham em busca de novas situações de

6. No lago cartaginês: *tempos remotos*.

7. Roma, Constantinopla e Moscou: *tempos antigos e medievais*.

8. Na bacia do Atlântico, dividindo o mundo em duas esferas de influência: *tempos modernos*.

equilíbrio de poder, a nível global e no âmbito dos continentes e de grandes áreas estratégicas regionais.

O fim da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim e o desmembramento da URSS – acontecimentos geradores de profundas e pluralizadas revoluções na ordem jurídico-política e económico-social, possibilitando, inclusive, a gravitação crescente de unidades políticas em torno da Europa Ocidental unificada – emprestam dimensão extremamente importante à unificação da Europa, em novo mapa político-estratégico. À semelhança do século XVIII, nosso século se encerra ao início dos anos 90, configurando um cenário geopolítico bem diverso daquele das décadas 40/80, com revoluções sem guerra, estratégias político-diplomáticas se sobrepondo às político-militares, mudanças na ordem jurídico-política e económico-social, sem apelo à guerra revolucionária, exigência conceitual até então indispensável. A Europa se unifica, sem traumas político-estratégicos e, principalmente, estratégico-militares, promovendo alterações decisivas sem conflitos político-militares, buscando vitalizar a tese de

Rui Barbosa quando, em 1916, em plena Guerra 14/18, propunha *si vis pacem para pace...*, alternativa do milenar *si vis pacem para bellum...*

Na América, ocorrem experiências regionalistas, como o NAFTA e o MERCOSUL, ao lado da *Iniciativa para as Américas*, com o propósito maior da superpotência norte-americana de amoldar o continente às suas necessidades hegemônicas, revivendo um *monroísmo* interesseiro, revelado no destino manifesto, como a *política de boa vizinhança* – de resto, inspiração de um pan-americanismo sem o pan. Para responder ao desafio da Europa unificada, pretende os EUA estruturar açodadamente um só bloco, a ALCA, se possível inviabilizando a decisão dos países da Bacia do Prata (MERCOSUL), assim como outra, desejável e a ser perseguida, na Bacia Amazônica (talvez Merconorte). Enquanto isso ocorre no meridiano das Américas, a Europa continental acelera o processo de integração, inicialmente económico-comercial.

O Tratado de Maastricht, concertado para definir e orientar o futuro da Europa, propõe um calendário de

unificação económica e monetária ao longo da década de 90, que vem sendo atendido sem grandes impedimentos. O mesmo não ocorre no que concerne à construção política, traduzida fundamentalmente em três vertentes: política externa e de defesa comuns, uma cidadania, e um papel relevante para o Parlamento Europeu. A questão da identidade política dificulta a implementação do tratado, mas é no concernente à política externa e de defesa comum que reside a maior dificuldade. Como atuará politicamente a União Europeia em assuntos de política exterior e, principalmente, como fica a OTAN, no que respeita à sua finalidade e, naturalmente, no tocante ao campo operacional? Permanecerá à moldura europeia ou deverá preocupar-se, também, com conflitos político-militares *out of area*? Há de fato, que examinar-se a Aliança Atlântica, em seus propósitos iniciais e na estrutura das forças envolvidas, com previsão de emprego dentro e fora dos limites da OTAN.

Aliás, as indecisões e protelações, falta de unidade de propósitos e de intenções, de determinação e de vontade da Aliança Atlântica

diant  
gado  
que  
lugo  
cara  
guer  
naçõ  
cult  
temp  
conf  
Estad  
triste  
taçõ  
cand  
Iraq  
de Z  
fesso  
falar  
hege  
a Eu  
polit  
culd  
euro  
Golf  
traçõ

C  
sécul  
subn  
form  
mun  
boça  
expa  
Euro  
país  
Com  
ment

9. Aust  
10. Pr  
lováqu

diante do sangrento e prolongado conflito político-militar que vem ocorrendo na ex-Iugoslávia – guerra civil com características de obstinada guerra convencional, entre nações e etnias religiosas-culturais, a disputar, no tempo, o mesmo espaço configurador de um ou mais Estados – vem sendo uma triste constatação das limitações da OTAN, justificando, esta e a da guerra Iraque-Kwait, o comentário de Zbigniew Brzezinski, professor norte-americano, ao falar, em 1990, da nova hegemonia (!) dos EUA: (...) *a Europa, como fator geopolítico, não existe. As dificuldades entre os países europeus sobre a questão do Golfo Pérsico são demonstração disso.*

O cenário deste fim de século desenha uma Europa submetida a grandes transformações, como ocorre no mundo. Por outro lado, esboçam-se perspectivas de expansão da Comunidade Européia, com a adesão dos países da Área de Livre Comércio Européia<sup>9</sup> e, igualmente, países satélites da ex-

URSS.<sup>10</sup> Para Raymond Barre, ex-ministro francês, *a Guerra do Golfo evidenciou o reduzido peso político da Europa Ocidental. Sobre a evolução do conflito e sobre a conduta diplomático-estratégica das operações militares, apenas a França e a Grã-Bretanha estiveram presentes no Golfo e, mesmo assim, a reboque dos EUA. Sobre o futuro da Comunidade Européia, Barre coloca questões fundamentais relativamente à sua ampliação e abrangência a todos os países do Leste: poderia ela administrar uma união econômica e monetária e implantar os projetos de união política, passando de doze para vinte países? Será a Comunidade Européia do tipo 'hard union' ou do tipo 'soft union'? E finalmente, não cairá a Comunidade Européia num eurocentrismo isolacionista?*

É evidente que a evolução dos acontecimentos político-estratégicos, na Europa e no mundo, neste quinquênio desmentem alguns comentários de 1990, ou os confirmam. Que diz, a propósito, o jornalista norte-americano William Pfaff (1990)? *A Comunidade Européia é o mais importante agrupamento industrial e econô-*

*mico. Ela pode tornar-se uma grande força política, dominante até (...). É de duvidar, porém, que venha a existir, em futuro previsível, a vontade de exercer o poder. É duvidoso que realmente surja uma Europa capaz de uma estratégia geopolítica coerente e comum. A unificação da Alemanha e a restauração dos estados do Leste e balcânicos ao resto da Europa tornam a hipótese ainda menos provável.*

Na verdade, como igualmente observa Egon Bahr, professor alemão, o grande desafio da Comunidade Européia é fazer com que os países ex-comunistas reúnem condições políticas e econômicas de integrar o *Clube dos Doze* (...).

A Europa Ocidental não será capaz de preservar sua prosperidade econômica ou sua estabilidade política, se a parte oriental do continente submergir no caos, se a migração em massa assumir o caráter de um êxodo de povos engatilhado não apenas por guerras civis, mas também pela pobreza (...). A tarefa histórica que se impõe é fazer com que o maior número possível de países europeus consiga reunir condições de integrar a Comunidade. (...) não há pers-

9. Áustria, Noruega, Suécia e Suíça.

10. Principalmente Hungria, Tchecoslováquia e Polónia.

pectiva de associação preferencial: caso da Rússia e das novas repúblicas das regiões meridionais da ex-URSS.

Desejável, pelo menos, seria a possibilidade de o Leste Europeu contribuir para a implantação de uma ordem européia fundamentada na segurança coletiva e na intensificação das relações para desenvolver o continente. Ainda dentro do tema da unificação, sob enfoque histórico-cultural, o historiador francês Jacques Le Goff comenta que *chegou-se a dizer que (...) a Europa napoleônica era a Europa - França.*

*Em nossa época tivemos o modelo perverso desse tipo de Europa, com a conquista hitlerina e o nazismo. A primeira grande diferença hoje é que a Europa se constrói mais ou menos entre países iguais, apesar das relações de poder (...)*

Para encerrar este item, três colocações: 1ª, a curiosa referência de Umberto Eco, semiólogo italiano, quando diz que *a idéia de uma Europa que se constrói com independências nacionais, línguas nacionais, culturas nacionais é um fato novo*; 2ª, parece que se pode sepultar, sem honras fúnebres..., o

comentário de um então ministro belga (1990), no sentido de que *a Europa continua sendo um gigante econômico, um anão político e um verme militar*; 3ª, lembrar o vaticínio de Napoleão, quando dizia, ao jornalista Coombs, em Santa Helena, poucos meses antes de falecer: *Fui forçado a conquistar a Europa pela força das armas; dia virá em que conquistá-la-ão pela força do espírito.*

## O BRASIL E A EUROPA DO FUTURO

O Brasil é uma unidade política do mundo em desenvolvimento, considerado ainda da semiperiferia pelas potências centrais. De grande extensão territorial (8,5 milhões de km<sup>2</sup>) é o 5º país do mundo em extensão geográfica e o 4º em espaço contínuo. Possui uma costa marítima de 7.408 km de litoral, contendo mais de 3 milhões de km<sup>2</sup> de águas patrimoniais. Configura o lado ocidental da bacia do Atlântico Sul, distante 3.500 km da África (estrito Natal-Dakar) e dispõe de 15.719 km de fronteira terrestre. Possui uma população da ordem de 150 milhões de habitantes (6º no mundo),

imensos recursos naturais (minerais e energéticos), unidade etno-lingüística, e não tem problemas de índole religiosa ou cultural. Situa-se como a 10ª economia mundial (PNB de 384,6 bilhões de dólares), a 22ª renda *per capita* do mundo (2661 dólares), sua densidade populacional é de 14 habitantes por km<sup>2</sup>, e destina apenas 1,3% do PNB para despesas militares, dos menores índices do mundo.

Convive com dez países da América do Sul, numa relação permanente de paz, concórdia e cooperação, sem problemas de natureza político-estratégica com qualquer deles, e articula-se político-diplomaticamente muito bem com todas as unidades políticas do continente sul-americano.

Sendo geopoliticamente um espaço de proporções continentais, o Brasil, Estado-nação, nunca esboçou pretensões de *destino manifesto* imperialista westfaliano.

Nascido de postura geoestratégica conseqüente da era das navegações transoceânicas, que deslocou o meridiano do *lago cartaginês* para a bacia do Atlântico, gerando novo ciclo mercantil-comercial e fenício, o

Brasil, durante o tempo que foi colônia portuguesa, ampliou de três vezes a faixa litorânea de 2,8 milhões de km<sup>2</sup> oferecida pelo Meridiano de Tordesilhas, arbitrado em 1494, pouco antes da sua descoberta, em 1500, empurrando a fronteira em território que então (1580 – 1640) pertencia a uma só coroa peninsular ibero-europeia (Portugal-Espanha), bipolo mundial, quando a Europa estava mergulhada na Guerra dos Trinta Anos (1618 – 1648). A expansão continental pacífica e de grande alcance geopolítico, seria consagrada pela diplomacia luso-brasileira no Tratado de Madri (1750), ratificado pela Espanha.

Com o descobrimento, em 1500, o Brasil ofereceu à genitora portuguesa, na costa oriental do continente americano, a borda ocidental da grande bacia do Atlântico Sul, contribuindo, desde então, para o desenvolvimento econômico-comercial e a segurança das rotas marítimas que demandam o sul da África.

Como Estado independente, federalizado e auto-determinado, nos anos 70 deste século, à margem de uma Guerra Fria bipolarizada de três décadas, co-

mo Portugal-Espanha no século XVII, o Brasil conseguiu ampliar de um terço, mar adentro, a sua soberania sobre a plataforma continental, mediante pleito jurídico-político acolhido pelas Nações Unidas.

Portanto, embora dispondo de requisitos de projeção de poder nas relações

*À margem de uma Guerra Fria bipolar, como Portugal-Espanha no século XVII, o Brasil conseguiu ampliar de um terço mar adentro a sua soberania sobre a plataforma continental, mediante pleito jurídico-político acolhido pelas Nações Unidas.*

interestatais, em toda a evolução histórico-cultural do seu espaço-tempo geoestratégico, o Brasil preferiu seguir uma orientação político-estratégica de natureza econômico-comercial e de índole industrial e tecnológica, em convivência pacífica e cordial, a níveis regional, continental e mundial. Em suma, desde o período colonial até a configuração definitiva como Estado-nação livre e soberano, integrante da grande constelação de unidades políticas que, nesta virada de século, aproxima-se de duas centenas, o Brasil vem acompanhando a trajetória mundial kantiana de meio milênio de conflitos

político-militares de dimensões nacional, total, global e, quase, planetária, portandose de forma absolutamente coerente e fiel ao seu destino de grandeza, perseguindo com equilíbrio, coerência e solidariedade, e contribuindo, direta e indiretamente, para a segurança e o desenvolvimento do sistema de

relações internacionais, e para a paz e a concórdia entre as nações do Velho Mundo, agora renovadas como Unidade Européia. Para tanto, vem pagando tributo, não raro nas relações conflituosas, geradoras, inclusive, de guerras. Assim foi com os bipolos Portugal-Espanha, França-Holanda, Inglaterra-França. Assim ocorreu durante as Guerras 1914-1918 e 1939-1945. Assim tem sido, em particular como Força de Paz a serviço da ONU.

Enfim, a equilibrada trajetória político-estratégica do Brasil no concerto internacional tem sido caracterizada por sua arraigada

vocação pacifista e de profundo respeito pelas normas que regem o sistema de relações interestatais, não advogando o unilateralismo apressado, de alinhamento automático e de dependência constrangedora, de limitação de soberania e de autodeterminação, por sua preferência pelo instituto de multilateralismo e pela busca de solução negociada para os conflitos, mantendo-se sempre propenso ao diálogo diplomático e transparente, diretriz normativa de uma estratégia político-diplomática prudente, segura, equilibrada e, antes de tudo, firme e determinada. Diversa é assim da postura *talleyriana*, para a Europa do século XVII, que consistia em *intuir os acontecimentos e precipitar a sua ocorrência*.

Nação sob regime democrático vitalizado, preocupada em modernizar e diversificar a sua estrutura econômica, que apresenta ilhas avançadas em alguns setores industriais e tecnológicos, como energia, telecomunicações e transportes, defende o direito de acesso às

tecnologias de ponta. Mantém um setor privado dinâmico e competitivo em diversas áreas da economia nacional. No concernente à defesa dos seus interesses nacionais vitais, preocupa-se em estruturar uma indispensável, adequada e legítima capacidade de defesa nacional, participando, sem embargo, de encargos cometidos pela ONU nas operações de paz, em várias áreas estratégicas envolvidas em conflitos político-militares de extensão e profundidades variadas.

Para que as relações do Brasil, como unidade política em desenvolvimento, ou semiperiférica, atendam aos interesses nacionais vitais e possam contribuir para uma convivência saudável de cooperação, de complementação e de convergência com os interesses dos países desenvolvidos ou centrais, em especial potências como a Alemanha, há que estruturar um Projeto Nacional que viabilize estrategicamente as diversas linhas da problemática brasileira, não descurando, no possível, de necessária e adequada composição com os propósitos dos parceiros, no caso a Alemanha, sempre atentos à lógica dos temas que preo-

cupam os países em desenvolvimento (PED).<sup>11</sup>

Conviria fazermos uma reflexão crítica sobre as vertentes orientadoras da presença internacional do Brasil e sua articulação prioritária a níveis regional, continental e mundial, conseqüente de análise mais detalhada de grandes áreas político-estratégicas, nas quais deve atuar a estratégia político-diplomática neste final de século. Vale dizer, impõe-se considerar o cenário mundial dos anos 90, com natural relevo para a Europa que se unifica e, nela, pinçar cenas e atores protagonizantes, como a Alemanha reunificada. Na verdade, o grande *frame* internacional e os aspectos configuradores do quadro europeu e da Alemanha na virada do século estão desenhados em outros itens deste ensaio, bastando destacar aqueles indicativos das profundas e revolucionárias transformações pelas quais passam a Europa e a Alemanha – na Europa, eventos notáveis, como a queda do Muro de Berlim, o desmembramento da URSS e os problemas político-estratégicos e de segurança coletiva criados com a Guerra do Golfo; na

11. Da dominação, do nacionalismo separatista, dos movimentos sociais e migratórios.



Alemanha, a reunificação definitiva.

Ambas as áreas enfrentando problemas no processo de integração européia, nas crises de identidade e de afirmação de liderança geoestratégica, como o posicionamento da Grã-Bretanha e de algumas unidades políticas diante do binário Alemanha-França e de sua natural ascendência na implementação de Maastricht. Conflitos étnico-religiosos, migrações e afirmação de regionalismo *ou* Europa contribuem para tornar mais complexo e preocupante o quadro europeu, além de temas renovados e insistentes do G-7 em suas pretensões neocolonialistas e tecnológicas relativamente aos PED: ecologia, direitos humanos, limitação de soberania, reexame da segurança coletiva, continental e globalizante, reexame de organizações e atribuições da OTAN, ONU, OMC etc.

Diante de cenário tão complexo e instável, mundial e europeu, há que se refletir sobre o papel e a contribuição do Brasil nas próximas décadas, com vistas à Europa e à Alemanha.

12. Como observa o Embaixador Celso Amorim.

As prioridades fluem do pressuposto básico de que *a política externa do Brasil não tem (...) vertentes exclusivas ou excludentes. Obedece (...) a uma inserção estelar que se dirige em vários sentidos e direções;*<sup>12</sup> como, por exemplo, a América do Sul (Mercosul e Iniciativa Amazônica, talvez precursora de um Mercosul-norte), relações com países desenvolvidos (PD), em particular com a Alemanha (na unidade européia), o Japão (na Ásia), e os EUA (na América), devendo privilegiar, também, a China, a Rússia e a Índia, na Ásia, com essas unidades políticas consertando investimentos e intercâmbio científico-tecnológico em contrapartida à exportação de produtos brasileiros em parcerias binárias de expansão crescente. Além disso o Brasil está presente em áreas estratégicas, que apresentam tensões e conflitos de complexidade variável, em atendimento a compromissos com a paz e a segurança internacionais.

Embora, na Ásia, o Japão, a China e a Índia representem parcerias importantes de gradação diversa nas relações bilaterais do Brasil, em termos de dimensão, de campos de interesse e de com-

plementação dual, na América, o NAFTA (EUA) e o Mercosul signifiquem composições de interesse e de atuação variadas nas relações econômico-comerciais e de segurança hemisférica, entendendo que incumbe ao Brasil, no universo de poder multipolar, buscar novos espaços geoestratégicos na União Européia, fortalecendo os existentes com diversos países, com destaque para a Alemanha.

Os problemas de índole jurídico-político, econômico-comercial e sócio-cultural, inter e intra-unidades políticas da União Européia como um todo, que se articula para atender ao cronograma de integração ainda nos anos 90, são tão variados e complexos, que provavelmente PEDs da América do Sul, como o Brasil, a despeito do seu imenso potencial de recursos e de maneiras de compartilhar e expandir parcerias estratégicas básicas e multilaterais, não se encontrem contemplados entre as prioridades atuais da política externa de países europeus. De fato, não obstante o vácuo de poder produzido pela descaracterização da URSS como superpotência inte-

grante do bipolo com os EUA, o que paradoxalmente está impedindo a conformação de uma *ordem mundial*, centrada na insistente e hegemônica *pax americana* militar e nuclear, dada a candidatura de outros atores ao condomínio global, como o Japão, a Alemanha, a Rússia e a China, a despeito ou, talvez mesmo, em razão desse cenário global, o continente europeu encontre dificuldades geoestratégicas de natureza econômico-comercial e de autonomia estratégico-militar para acelerar a sua unificação. Por outro lado, a União Européia percebe que terá condições mais favoráveis do que o Japão de equilíbrio dual no pódio mundial com os EUA, esvaziando a intentada *pax imperial* (...), possibilidade crescente, na medida em que em prazo maior, o Japão venha a compor-se trinitariamente com os EUA e a União Européia (Alemanha).

A antinomia desta virada de século estará na possibilidade de a Europa (Alemanha) levar a cabo, na relação intracontinente, o que os EUA não alcançaram nas Américas e na admi-

nistração da paz e da segurança no mundo. No fundo, desenham-se duas forças que se chocam e se defrontam geoestrategicamente: uma real (EUA), outra potencial (União Européia, liderada pela Alemanha), podendo surgir uma terceira (Japão), tentando uma composição terciária e, a médio e a longo prazo, uma quarta (CEI-Rússia) e, até, mais adiante no tempo, uma quinta (China), em composição, sucessivamente, quaternária e pentagonal no poder global-planetário das próximas décadas.

Em rápida listagem, poderíamos elencar alguns dentre outros temas que caminham, simultâneos ou sucessivos, para o nascimento efetivo de uma nova ordem européia, seguramente mais equilibrada e estável, mais homogênea, em que pese existirem *países pobres* (...) no continente rico (...), países mais *horizontalizados* do ponto-de-vista histórico-cultural (em razão da cultura *verticalizada* das principais nações), composição mais operacional, no campo estratégico-militar de uma reformulada OTAN, mais européia que atlântica, menos continental que, também, *out of area*, para emprego em áreas estraté-

gicas no Oriente Médio e outras que a ONU entenda prioritária. Nesse sentido, alinham-se mais alguns dentre tantos itens admitidos: ultimar a unificação das duas Alemanhas, em termos econômico-sociais; configurar político-estrategicamente o denominado 3E (Espaço Econômico Europeu), acordado entre os países da União Européia e da AELC (Associação Européia de Livre Comércio); concretizar a possível admissão de novos Estados, em paralelo à consolidação das relações intraestatais da União Européia; estabelecer negociações e implementar acordos de associação entre a União Européia e unidades políticas das Europas Central e Oriental; proporcionar tratamento distinguido para a Rússia e outros países da ex-URSS,<sup>13</sup> para tanto definindo um novo padrão de relacionamento interestatal; reformular a missão, a estrutura e o emprego das Forças Armadas européias, dentro e fora do continente.

Essa lista evidencia a visão histórica do cenário descortinado pelos países europeus. Nela, é compreensível, até certo ponto, o reduzido interesse no inter-

13. Em particular, a Ucrânia.

câmbio com o Brasil, relação que, aos poucos, deverá intensificar-se, na medida em que se ultime a definição geopolítico-estratégica da União Européia, a partir de quando a identidade de valores jurídico-políticos e os laços histórico-culturais, que lastream as relações bilaterais do Brasil com as unidades políticas européias<sup>14</sup> estimulem novos e amplificados investimentos econômico-comerciais e intercâmbio científico-tecnológico multi-setoriais no Brasil, sobretudo, de parte da Alemanha e da França.

Há de ser lamentável e surpreendente, porém, se a União Européia encampar temas do *modismo* internacional, alardeados e exponeenciados pelo G-7 – meio ambiente, não proliferação, direitos humanos, entorpecentes, migrações – do interesse crescente dos PDs, em detrimento de preocupações com o desenvolvimento econômico-comercial e tecnológico dos PEDs. Inadmissível, na verdade, é se, em nome dos temas elencados, a União Européia, com o endosso de outros PDs do G-7, vier a invocar *devoir*

*d'ingerance*, limitação de soberania, reexame de fronteiras, autodeterminação e integridade do patrimônio nacional de PED como o Brasil. Conceitos até então intocáveis para o pensamento jurídico-político universal, e que, para o G-7, continuam prevalecendo. Estaremos regredindo a um neocolonialismo imperialista, que parecia abolido após 1945 e que os PDs pretendem a ele retornar sob forma mais terrível e insuportável, invocando uma evolução de conceitos e de valores que para eles não se aplicam?

Se a transnacionalidade das fronteiras físicas e a desimportância do Estado-nação e da soberania são realidades que a revolução tecnológica telematizada impõe, por que países como os EUA não produzem o seu espaço geopolítico, restituindo ao México grande parte do território incorporado, o mesmo ocorrendo com as Filipinas, para a Espanha? E a Grã-Bretanha e a França, que ainda dispõem de *espaços* além-mar? Por que, ao contrário, e aí estaria a grande perspectiva a abrir-se a médio e a longo prazo para a União Européia, sob o impulso crescente da liderança

dual Alemanha-França, por que, ao contrário, não se enfatiza o desenvolvimento acelerado dos PEDs, com investimentos maciços ou com o perdão ou redução sensível da dívida externa desses países, para que se reduza o desequilíbrio entre o PD e PED, e se obvie o que tanto preocupa o G-7 e exacerba a sua cobiça?

Recuemos ao final da Guerra 39/45. Na Europa, descaracterizam-se os impérios coloniais, inglês e francês, a Alemanha é dividida, instala-se uma guerra fria de quatro décadas entre as duas superpotências mundiais, polarizadoras de dois grandes blocos, o democrático e o comunista, que se despolarizam em muitos outros regionalizados. O sistema de relações internacionais apresenta cenários de gravidade e de geração de conflitos político-militares extremamente complexos, ensejando profunda meditação de eminentes pensadores da atualidade.

Voltemos aos anos 90 deste conturbado século a expirar, começando por pinçar aspectos dos principais protagonistas do mundo pós-ds-caracterização do comunismo

14. Principalmente, Alemanha, França, Grã-Bretanha e Itália.

soviético, ou seja, EUA, Japão, China e Alemanha.

Os EUA, única superpotência, militar e nuclear, nesse sentido hegemônica, global e planetariamente, preocupada com a possibilidade de futura disputa no pódio mundial de outras potências centrais, como Alemanha, Japão e China, dispõe de indiscutível poder econômico-industrial e tecnológico-telemático verticalizando o progresso tecnológico, enquanto o mundo dos países em desenvolvimento permanece horizontalizado na planície, sem acesso à tecnologia nuclear, aos mísseis e foguetes, dentre outros indicadores da revolução tecnológica. A aspiração da *pax americana*, com a instituição de uma nova ordem mundial, que tivesse como centro de gravidade geoestratégico os EUA, está longe de concretizar-se, já que o espaço aberto com o declínio da superpotência soviética vem sendo perseguido por outras potências centrais, principalmente Alemanha e Japão.

Para Paul Kennedy<sup>15</sup> desenhasse o declínio da hege-

monia mundial dos EUA, a partir dos anos 70, sem embargo de sua imensa capacidade de mobilização e concentração de forças militares em qualquer área estratégica do planeta como ocorreu no Kuwait (1991), de formá impressionante. A propósito da Guerra do Golfo contra o Iraque, convém lembrar o que significou para o mundo pós-esfacelamento da URSS: a coalizão de 29 unidades políticas, principalmente de PDs, contra um PED da semiperiferia. Até então, os conflitos entre um PD e um PED apresentavam uma relação geralmente de um para um, enquanto, na Guerra do Golfo, a mídia exibiu insistentemente a maciça e tecnológica concentração de 29 Estados, o G-7 na liderança, contra o Iraque. Uma advertência, sem dúvida, aos demais PEDs, no sentido de que a nova ordem mundial constituiria, a partir dos anos 90, alianças nas novas relações espaço-tempo, as *shifting coalitions*, para lançar o poder militar contra objetivos político-estratégicos em conflitos político-militares, surgidos ou provocados que, por motivos geoestratégicos avaliados pelo G-7, afetem a por ele denominada *segurança*

*global*. Não se iludam os PEDs. Fica essa advertência como lição maior da manobra de dupla ação na Guerra do Golfo, o Iraque atuando como *plastron*...: a de que as *shifting coalitions* cuidarão da segurança ou da insegurança dos PEDs. Daí a insistência de países do G-7 para que eles reduzam e redirecionem o emprego de suas Forças Armadas, que melhor ficariam voltadas para a segurança interna, como forças policiais... O desnecessário massacre de janeiro-fevereiro de 1991 das forças militares e da população civil iraquianas, depois de um bloqueio-asfixia do teatro-de-operações de mais de cinco meses, seguido do total desmantelamento do sistema de comando, controle e informação do adversário – tremenda concentração do poder militar, que dispensou qualquer evidência edificadora de aplicação da estratégia militar aeroespacial, marítima e, sobretudo, terrestre, muito menos da propalada reedição da excepcional manobra de Aníbal em Cannes. A nosso ver valeu para a mídia mundial transmitir a mensagem aos PEDs, no sentido de que constituir-se-ão, nesta virada de século,

15. *Preparando-se para o século 21* – Rio, Ed. Campos, 1993.

tantas *shiftings coalitions* quantas necessárias, para emprego onde e quando, sobre objetivos militares e, ou, políticos de países da semi ou da periferia, que não se enquadrem na nova ordem (ou desordem) mundial.

Procuremos outra análise, agora regressando ao espaço-tempo do final da Guerra Fria, recolhida do excelente trabalho do professor Richard Rosecrance,<sup>16</sup> no qual lembra importantes alterações, em 1945, na evolução das relações internacionais; alterações que, para muitos estudiosos do pensamento político-estratégico, o final dos 40 anos de Guerra Fria, seguinte à Guerra de 39/45 e o fracasso de 70 anos do comunismo soviético são exteriorizações periféricas de um cenário muito mais complexo, amplo, e, sobretudo, profundo nas fontes de poder, eminentemente mutáveis, geradoras de relações de poder em dimensão global, bem diversas daquelas que até os anos 80 ocorriam desde, na verdade, Westfália (1648). As duas guerras mundiais, na primeira metade do século XX, eviden-

ciaram a inaceitabilidade do sistema interestatal. A partir de 1945, procurou-se esboçar um sistema de relações internacionais alternativo ao sistema de Westfália, sistema definido como oceânico ou mercantilista, no qual os Estados não emprestam importância à auto-suficiência; antes, lutam por um comércio internacional, pretendendo instaurar uma ordem mundial sem preocupação expansionista de conquista territorial. Rosecrance analisa o cenário mundial, mostrando que a Alemanha Ocidental e o Japão emergem como estados mercantilistas, ou fenícios, desenvolvendo o comércio internacional via oceânica, para assegurar o que lhes é fundamental para o desenvolvimento industrial: matérias-primas e energia. Sobretudo o Japão, que carece de mais de 90% de matérias-primas procedentes de áreas extremamente afastadas de seu centro de gravidade econômico-industrial e tecnológico, buscando, por outro lado, mercados crescentes para seus produtos. Enquanto isso, durante a Guerra Fria, EUA e URSS, potências de grande extensão territorial, imperialistas e *westfalianas*, configuradoras de uma superestrutura bi-

polar, militar e nuclear, desenvolvem uma estratégia político-ideológica de manutenção de um equilíbrio global, através da regionalização de pólos que se defrontam, envolvidos, de um e outro lado, por acordos bi e multilaterais, de desenvolvimento econômico e de segurança coletiva, à imagem do *diretório* das duas superpotências centrais.

A projeção de poder econômico-industrial e tecnológico da Alemanha Ocidental e do Japão sem o respaldo indispensável de uma estrutura de poder militar, que viabilizasse uma política de defesa correspondente à estatura político-estratégica de cada um — mandamento fundamental de uma unidade política, inerente à preservação de sua autonomia, autodeterminação e integridade do patrimônio territorial, impedimento decorrente da derrota de ambas as nações em 39/45 — estimular a postura geopolítica dos EUA no sentido de cooptar as duas novas potências na constelação do Primeiro Mundo, para gravação como parceiros do mundo ocidental desenvolvido. Foi o que se viu: Alemanha e Japão continuaram

16. *The Rise of the Trading State*. NY, 1986.

renunciando à defesa de sua soberania, não dispondo de um poder militar indispensável à implementação de uma política de defesa nacional, segurança externa que continuará encargo da superpotência ocidental, que lhes fornece a proteção militar e nuclear. Cuidando apenas do desenvolvimento e da projeção de poder continental e transoceânico, a Alemanha e o Japão surgiram como protótipo de uma categoria de potência talvez sem precedente na História: a potência civil.

Estamos nos aproximando da *passagem da linha de crista* ou *cumeada* das vertentes bimilenares da cordilheira dos séculos XX / XXI, e que podemos contemplar, nessa nebulosa paisagem? Na Europa, o enorme esforço da Alemanha reunificada, em composição binária com a França, no empolgante propósito de viabilizar, na última década do século, os mandamentos de Maastricht, de consolidação da Unidade Européia, nos campos econômico-comercial e financeiro, a despeito dos problemas a serem obviados de política exterior e

de defesa comuns do continente entre as diversas unidades políticas, convivendo com o esfacelado mundo

EUA, uma megapotência, global e planetária, ainda hegemônica no concernente à dimensão militar-nuclear,

***Cuidando apenas do desenvolvimento e da projeção de poder continental e transoceânico, a Alemanha e o Japão surgiram como protótipo de uma categoria de potência talvez sem precedente na História: a potência civil.***

soviético, gerador de cenário político-estratégico complexo e preocupante na CEI, inclusive com algumas unidades políticas nucleares.<sup>17</sup>

Na Ásia, o Japão, como grande potência econômico-tecnológica, afirmando crescente presença hegemônica no sudeste e na costa ocidental do Pacífico, começa a enfrentar um contencioso econômico-comercial com os EUA, de quem é o grande credor da dívida externa, e a China, que se credencia a grande potência no próximo século, fortalecendo-se internamente e mantendo um poder político-ideológico unitário, com pequenas concessões ao mundo capitalista.

Esboça-se, ao que tudo indica, cenário eminentemente desequilibrado na estrutura de poder, global e planetário, da pretendida nova ordem mundial. Os

pretendendo manter o continente americano sob seu completo domínio, através do NAFTA, do MERCOSUL e de outras regiões-bacias geoestratégicas, oscilante em face do imenso vácuo de poder global que o envolve, vazio disputado aceleradamente pela Alemanha, representativa de uma Europa unificada, pelo Japão, aspirando realizar o que imaginara a geopolítica *haushoferiana* para o sudeste da Ásia e a Bacia do Pacífico e, também pela China, com peculiar política de poder, de projeção continental e global.

Para encerrar esses comentários sobre o papel da Alemanha na Europa das próximas décadas, reproduziremos quatro observações, de um norte-americano, de um alemão, de um soviético e de um francês.

17. Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Casaquistão.

O primeiro, professor Immanuel Wallerstein, da Universidade de Columbia, afirma que: *a tendência natural à bipolarização deverá fazer com que os EUA e o Japão se unam em um 'casamento de conveniência', para enfrentar e bater a Europa, vale dizer três potências, dois líderes...*

O segundo, Horst Teltschick, ex-conselheiro do governo alemão (1990), assinala que a estabilidade da Europa depende da Alemanha, do que ela fizer no campo político, a partir dos anos 90, cooperando com o resto da Europa, inclusive com a ex-URSS (...) defendendo nossos vizinhos do Leste (...), propondo uma *'ostpolitik'* comum, uma política comum entre a França e a Alemanha, a respeito de como cooperar com a Europa central e a ex-URSS. Pois, *seria bom que os poderes mundiais tivessem um contrapeso para equilibrar a influência dos EUA. Por isso, a queda da URSS precisa de uma resposta, principalmente dos europeus.* Sobre o papel da Alemanha no ano 2000, observa: *Uma Alemanha neutra desesta-*

*bilizaria a Europa (...); só há um rumo de ação: a integração plena com o Ocidente, dentro da Comunidade Européia. Essa é e continua sendo a base, a prioridade da nossa política externa. Na Comunidade Européia a cooperação entre a França e a Alemanha deverá continuar a ser o motor da integração. Nada pode acontecer sem a Alemanha e a França - muita coisa pode acontecer com a Alemanha e a França juntas.*

O terceiro, professor Alexander Iakovlev, comenta: *civilizações tão antigas, gigantes da economia e da cultura modernas, centros de tecnologia, de comunicação, ou das ciências, como são Europa e Japão, não podem deixar de participar da construção da ordem mundial futura.*

Finalmente, o quarto, o professor Raymond Barre, mais objetivo, declara: *o que devemos desejar para o próximo século não é uma Alemanha fraca ou se enfraquecendo, mas uma Alemanha forte, como os demais países da Europa Ocidental, pois iremos precisar de solidez e de dinamismo para enfrentar a concorrência dos grandes conjuntos, que irá caracterizar o século que entra.*

## CONCLUSÃO

Ao abrir-se a última década do século (1992), quando o mundo começa a re-fazer-se do terremoto que desmontara a URSS e re-fizera a unidade política alemã, revoluções profundas que dividiram um enorme bloco de países e reunificaram um Estado-nação, por quatro décadas dividido em dois campos político-ideológicos antagônicos; quando os países da Comunidade Européia *derrubam* suas fronteiras, para dar origem a uma nova potência continental na Europa, de doze países a estruturar-se num Estado multinacional, com uma só moeda, uma só estrutura militar, uma só língua oficial, um só nome (União Européia) ao longo dos anos 90; quando, em seguida à invasão do Kuwait pelo Iraque,<sup>18</sup> guerra entre duas unidades políticas da semiperiferia, mas extremamente ricas em petróleo, vinte e nove países, principalmente o G-7, constituíram uma *shifting coalition*, até então nunca vista, para esmagar o Iraque como ocorreu em janeiro e fevereiro de 1991 (29 PDs x 1 PED); quando, no dia seguinte ao fim da Guerra do Golfo,<sup>19</sup>

18. 02 de agosto de 1990.

19. 01 de março de 1991.

desembarca no Rio de Janeiro, o Sr. Francis Fukuyama, para ler um papel sobre o *fim da história*, anunciando estar implantada uma *nova ordem mundial* que, curiosa e estranhamente, fora anunciada pelo presidente dos EUA, um dia antes da invasão do Kuwait, quando ficou evidente que o Conselho de Segurança da ONU foi completamente tutelado pela superpotência nuclear, restante do bipolo descaracterizado poucos anos antes. Enfim, depois da Guerra do Golfo, do *Fim da História* da NOM, da exibição do único poder militar tecnológico nuclear planetário (EUA), absoluto e hegemônico, depois de esboçada a União Européia, elencam-se três cenários, para a Europa do ano 2020: um *Moderado*, um *Pessimista* e um *Otimista*.

Para desenvolverem-se, os PDs comprometeram a ecologia e o meio ambiente, exaurindo recursos naturais minerais e energéticos, desconsideraram direitos humanos, inclusive com massacres de comunidades, na África, na Ásia e nas Américas, ao longo dos últimos séculos, sobretudo, neste século XX, em nome da defesa de *princípios* e de *estatura estratégica*... E hou-

ve conflitos político-militares sangrentos, guerras e revoluções, duas guerras mundiais, milhões de mortos e mutilados. Até bomba atômica foi lançada. Destruíram, devastaram, desfolharam florestas com agentes químicos. Explodiram e continuam detonando artefatos nucleares, em áreas *dos outros*. Tentam proibir, até, que as nações desarmadas cuidem da sua defesa nacional...

Registre-se, ao se concluir este item, que, afinal, o Novo Mundo, e nele o Brasil na América do Sul, do ponto-de-vista histórico-cultural e da postura geoestratégica, somos reconhecidos ao Velho Continente, por nos ter *revelado* ao mundo de então, sobretudo o nosso país, que *nasceu já engrandecido* no espaço-tempo, pelo Meridiano de Tordesilhas. Reconhecidos, nesse meio-milênio, pelas grandes navegações e pelo arredondamento da terra, contribuição decisiva aos destinos do hemisfério ocidental, que os ciclos dos séculos seguintes, do mercantilismo (comercial), do capitalismo e dos Estados-nação, colonizadores e predadores, flufam da Europa Ocidental, centro de

gravidade geopolítico das grandes decisões que nortearam o desenvolvimento do Ocidente à custa, em grande parte, da exploração dos imensos recursos, materiais e humanos da América Latina e do Brasil, desde o período colonial.

A Europa dominou o Atlântico Norte, do século XVI ao XIX, compartilhando a hegemonia com os EUA, no século XX. Nesse período, todas as grandes acontecimentos do cenário mundial desenham-se na ou a partir da Europa, para o bem ou para o mal: nacionalismo, comunismo, guerra; revoluções industrial, política e ideológica; unificação de nações (Alemanha, Itália); duas guerras mundiais (totais, globais); divisão de impérios, edificação de Estados, nacionais e multinacionais – Liga das Nações, OEA, ONU etc., inclusive, exportando para o mundo, desde 1569, a projeção cartográfica de Mercator, que superdimensiona os PDs do hemisfério norte, um eurocentrismo, que faz a América do Sul (17.8 milhões km<sup>2</sup>), parecer menor do que a Europa (9.7 milhões km<sup>2</sup>), quando, na verdade, é o dobro. É anomalia que produz outra, como a projeção de Arno



Peters, a qual, ao corrigir distorções eurocentristas de Mercator, empresta destaque aos países da faixa equatorial.

## A ALEMANHA E A EUROPA DO FUTURO

Qual o papel geopolítico-geoestratégico da Alemanha no cenário do século que se aproxima, de uma Europa integrada econômico-comercialmente, com amplo embasamento político sem embargo de as principais unidades políticas do continente se manterem vertical e culturalmente autodeterminadas, com variável grau de independência nacional como Estado-nação, principalmente, no concernente a países como a Grã-Bretanha, França, Alemanha, Rússia e Itália? Será um papel geográfico, evidentemente bem diverso do sonho de Frederico List, no meado do século passado, quando via, na experiência da América independente e fortalecida, e no desejo obsessivo de vingança do período napoleônico, de um imperialismo continental, a possibilidade de unificação da Alemanha, para tanto propondo um sistema nacional e um pensamento político-estratégico inovadores, nos níveis da

política e da estratégia nacionais. Eram idéias sobre uma política de poder prospectiva, decorrente de profunda análise da conjuntura político-econômica da Europa, com ênfase para a Grã-Bretanha, e das possibilidades crescentes dos EUA, como potência industrial emergente. E isso, quando a Alemanha ainda não estava integrada, nem unificada internamente, muito menos configurada como unidade política de expressão continental.

Atente-se para o fato de a proposta doutrinária de List ser diferente da de A. Smith, inglesa, e da de A. Hamilton, norte-americana, e, obviamente, prospectiva, pois sua pátria se encontrava em gestação revolucionária para uma definição como unidade política no sistema de poder europeu. E a proposta de uma política expansionista, territorial no continente e colonial, no ultramar, que decorresse de *uma Alemanha unificada, que dominasse do Reno ao Vístula e dos Balcãs ao Báltico*. Porque essa era, de resto, a inteligência das potências do século XIX, relativamente às projeções de poder, transcontinental e transoceânica.

Nesta virada do século XX, mudam os cenários, as

cenas e alguns atores..., mas o imperialismo expansionista e o colonialismo dominador continuam sob outra roupagem, com outros estímulos com enfoques científico-tecnológicos, culturais, de *devoir d'ingérance*, de patrimônio da humanidade, de preservação de comunidades indígenas, enfoques ecológicos e de meio ambiente, de recursos naturais, de água potável, de biodiversidade. Enfoques, que enfatizam a desimportância dos institutos, até então intocáveis para um Estado-nação, das fronteiras políticas, da soberania, da integridade do patrimônio territorial, da autodeterminação dos povos. A esse propósito, poderíamos desenhar diversos cenários, com grau variável de probabilidades ou, pelo menos, de possibilidades de ocorrência nas próximas décadas, elencando-se atores diversos, consoante peculiaridades regionais, continentais e mundiais.

Afirmar-se-á a Alemanha realmente como potência hegemônica do centro mundial de poder representado pela Unidade Européia, sendo sua liderança incontestável naturalmente aceita pelas demais unidades polí-

ticas do continente europeu, regionalizadas ou não? Ou tal condição se apresentará de dificuldade crescente? Como ficarão as nações da Europa Oriental diante de uma nova equação de equilíbrio de poder, continental e global?

Poder-se-á admitir a possibilidade de ocorrência, a longo prazo, do que tanto temia a doutrina geopolítica mackinderiana, no sentido da estruturação do binário Alemanha-Rússia, com perspectiva expansionista do poder dual à Ásia europeia? E, nessa hipótese, talvez tivesse cabimento a *boutade* falando de um diálogo, nos anos 80, entre Gorbachev e Busch, propondo, o estadista russo, em face da complexa e grave conjuntura mundial de então, que ambos ficassem congelados numa cápsula, para acordar no ano 2020, seguramente melhor que o dos 80 do século XX. Quando acordaram descongelados, Gorbachev informa a Busch ter lido no *Financial Times* que o marco alemão estaria valendo 20 dólares, ao

que Busch retruca, irônico, dizendo que lera no *Le Monde Diplomatique* sobre gravíssimos conflitos de fronteira entre Alemanha e China.

No cenário moderado<sup>20</sup> vemos, no mundo, graves dificuldades para definição de potência dominante e a possibilidade de constituição de três megablocos: América (EUA), Europa (Alemanha) e pacífico (Japão), o que seria desvantajoso para a Europa. Na Europa, o otimismo (anos 90), a euroeuforia substituindo o europessimismo. A Comunidade Europeia apresenta pontos fortes e fracos, sendo duvidoso ser potência dominante no século XXI, menos propensa, como o Japão, às migrações com os EUA, com pequena participação na economia mundial, menor do que a do Japão e dos EUA e maior que a CEI (Rússia). Dilema econômico: se a Europa não abrir-se à competição mundial e criar as *campeãs regionais*, suas empresas perderão competitividade. A Rússia, com recursos naturais e boa população, poderá ser uma grande economia, mas apresenta futuro político incerto. A China, com crescimento econômico e estabilidade política, poderá ser a maior economia mundial.

Resumindo: progresso na integração da Europa e na incorporação dos países do Leste, mantendo a abertura para o mundo; para os EUA, melhor será uma Europa forte.

No cenário pessimista,<sup>21</sup> vemos o 3E (Espaço Econômico Europeu), isto é, a fusão entre a Comunidade Europeia e a Associação Europeia de Livre Comércio (AELC), como um dos mais importantes blocos da economia mundial, não sendo bom presságio para o futuro da Unidade Europeia a pretendida harmonização de leis e de regulamentos de abrangência continental, com tendência à configuração de uma fortaleza-Europa, federalizada, para zelar pelo mercado interno, protecionista, em lugar de projetar o seu poder econômico ao mercado internacional. A federação europeia reduzirá a soberania nacional, aumentando o poder central do eixo Bruxelas-Estrasburgo. Falhando o mercado único europeu, a política de defesa da federação europeia será hesitante, desarticulada e ineficaz.

Pergunta que se coloca: Qual a melhor estrutura constitucional europeia para o próximo século?

No cenário otimista,<sup>22</sup> desenha-se uma região im-

20. Visão de Joseph S. Nye Jr., professor da Universidade de Harvard.

21. Timothy Roth, professor da Universidade do Texas.

22. Lester C. Thuron, professor do MIT/EUA.

batível, pois, *a Europa possui um conjunto de talentos complementares que não existe em outro lugar. Há duas sociedades no mundo em que a ciência é altamente desenvolvida: ex-URSS e EUA; uma delas está na Europa. Há dois grandes países produtores-exportadores no mundo: Alemanha e Japão; um deles está na Europa (...). O século XIX pertenceu à Grã-Bretanha, em termos econômicos, e o século XX aos EUA. Se a Europa jogar corretamente com sua posição estratégica no tabuleiro mundial de xadrez, o século XXI pertencerá a ela.*

Thurow vai além, em sua visão otimista: (...) *todos no continente estão traçando planos (econômicos) para um mundo muito diferente no século XXI (...). É claro que a Europa também tem importantes fraquezas – ódios étnicos nos Balcãs poderiam espalhar-se para o restante da Europa Central e Oriental, comprometendo o progresso. Mais perigoso, porém, é o sentimento de que se tornar europeu passará a ser menos francês ou menos inglês... Os europeus preci-*

sam acreditar na coexistência de duas identidades, a de origem e a europeia...

Passados três anos desse ensaio de futurologia, algumas evidências no cenário mundial e europeu confirmam, ou invalidam, determinadas previsões...

De nossos comentários sobre a Europa da virada do século, nela revelado o papel da Alemanha, como seu ator principal, e, ancorado na América do Sul, o Brasil, como uma das vertentes nas relações internacionais, voltado para a União Européia e, nela, ensaiando relacionamento dual e privilegiado com a Alemanha, fluem algumas observações sobre a parceria político-estratégica do Brasil com a Alemanha. Por exemplo: ambas as unidades políticas identificam-se no enfoque de temas gerais, relativos a fortes interesses dos dois em termos econômico-comerciais, principalmente no tocante à liberdade do comércio internacional; há posições convergentes no campo político e científico-tecnológico, em questões como meio ambiente, desarmamento, democracia, direitos humanos – daí o posicionamento e a concordância desses atores

em pleitos na ONU; no que concerne à postura geopolítico-geoestratégica, mantêm fortes laços histórico-culturais e apresentam grandes possibilidades no campo da cooperação nuclear.<sup>23</sup>

Em outras palavras, Brasil e Alemanha devem aproveitar oportunidades e enfrentar desafios, ampliar o conhecimento mútuo, o intercâmbio e a cooperação, empenhar-se na ampliação do Conselho de Segurança da ONU, com a inclusão de países como o Brasil e a Índia. Representam relações de um PD com um PED, relações de maior profundidade e abrangência. Eles dispõem de grande potencial de intercâmbio nos campos comercial, científico-tecnológico e cultural, e significam crescente importância e peso específico em seus respectivos cenários regionais e na projeção de ambos no cenário internacional. Têm contribuído para um crescente e fértil diálogo nos planos político, econômico-financeiro e comercial, no das relações culturais e de migrações alemãs no Brasil. Desenham a cooperação para modernizar a ECO-92, com aporte de recursos, tecnologia e experiência, e oferecem perspectiva promiss-

23. Transferência de tecnologia, avanço na área de reatores, entre outros.

sora no campo empresarial. Concertam cooperação financeira e científico-tecnológica, sendo o Brasil considerado sócio prioritário. Cooperam para a preservação ambiental, a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais e a formação e especialização de recursos humanos – cooperação que se amplia, abrangendo ramos como novos materiais, energia renovável e biotecnologia.

O mundo enfrenta, neste final de século, novas situações de equilíbrio de poder, a nível global e no âmbito dos continentes e de grandes áreas estratégicas regionais. Desenham-se cenários com indicadores de novas transformações geopolíticas e geoeconômicas, na Europa e em outras regiões afastadas dos centros de poder, europeu e mundial. Nova paisagem se delinea, européia e global. Abrem-se oportunidades político-econômicas para a configuração de novos espaços, além da unificação européia, com possibilidade de novas aproximações de unidades da Europa Central e Oriental.

Do outro lado do Atlântico, o continente americano se apresenta como cenário de ligação ou transição do ontem europeu-atlântico para o

amanhã asiático-pacífico, pretendendo fortalecer o meridiano monroista (NAFTA), diante do deslocamento do eixo geoestratégico do Atlântico para a Bacia do Pacífico.

Portanto, a Europa tenderá a representar, nas próximas décadas, um papel crescentemente importante como centro de poder, continental e mundial, de equilíbrio ou desequilíbrio na balança de poder, global ou planetária, relativamente a outros centros mundiais de poder – inicialmente, a América do Norte e, na Ásia, o Japão, liderando um centro mundial de poder regionalizado no Pacífico Ocidental. Nessa articulação trinitária dos grandes centros mundiais de poder (CMPo), com epicentros geoestratégicos na Alemanha, nos EUA e no Japão, os dois primeiros continentalizados e, o terceiro, regionalizado, possivelmente gravitará a política de poder planetária do século XXI.

A despeito, ou em decorrência, da tendência multipolar de grandes e pequenos centros de poder regionalizados, como ficará o Brasil nesse cenário global, em termos de interesses vitais, conseqüentes do desenvolvimento e da sua inserção no quadro mundial, e tendo em

vista uma parceria estratégica com a Alemanha, ambos os países envolvidos em centros de poder, um regionalizado, outro continentalizado e se unificando? O Brasil deverá continuar aberto ao mundo, buscando intercâmbio crescente e competitivo com os CMPo, relevando a Europa (Alemanha) e o sudeste da Ásia, sempre lembrado de que integra o Mercosul e, talvez, mais tarde, o Merconorte, afeito ao diálogo político, à cooperação econômico-comercial, científico-tecnológica e cultural, uma avenida de duas vias, abrindo-se ao mundo para intercâmbio bi e multilateral com as unidades políticas.

No cenário geopolítico-geoestratégico global do final dos anos 90, de profundas transformações nas relações de poder inter e intra-estatais, de esmaecimento das barreiras ideológicas, de contrações e distensões do poder central mundial, diante de unidades semiperiféricas, regionalizadas ou não, de pluralização de centros de poder, continentais e/ou regionalizados, de prioridades de cooperação em face da natureza e da diversidade dos conflitos político-estratégicos, enfim, de ampliação e crescimento do número de

conflitos político-militares, centrais e periféricos impõem-se elencar atores, que respondam aos desafios da virada do século com orientação político-estratégica até certo ponto revolucionária relativamente aos parâmetros tradicionais do pensamento político-diplomático. Nesse contexto, países do Primeiro Mundo, como a Alemanha reunificada, crescentemente westfaliana-territorial na Europa, tendem a posições de relevo, sobretudo quando se considera o binário Alemanha-França, com repercussões na Europa Central e Oriental, e países da semiperiferia em desenvolvimento, como o Brasil, naturalmente se credenciando a centro de gravidade geoestratégico de duas grandes e promissoras bacias regionais, Prata-Mercosul e Amazônia-Mercosul. Ambas unidades políticas oferecem imensas possibilidades de intensificação e expansão das relações

interestatais nos dois continentes, a médio e a longo prazo.

As possibilidades estimuladoras de uma configuração na constelação de poder, continental e mundial, a composição que contribuirá para reequilibrar a balança de poder com outros atores nos dois continentes, como Japão e China; as possibilidades que não estimulem, na prospectiva do próximo século, arquiteturas geopolíticas do tipo *mackinderiano*, *mahaniano* e, pior, *spykmaniano* ou *brzezinskiano* de um duopolo de poder planetário, inconcebível e insuportável para os PEDs, nesse sentido, Brasil e Alemanha muito poderão contribuir.

Encerrando esses exercícios de prospectiva, diversos dos de futurologia, procuramos esboçar alguns cenários, não tanto desejáveis, nem mesmo realizáveis. Tal-

vez possíveis. Cenários que resultam da despolarização da Europa Oriental em suas unidades políticas periféricas, da polarização da Europa Ocidental, que se unifica de maneira tranqüila, e da reunificação das duas Alemanhas como fator de equilíbrio-desequilíbrio do Atlântico Norte europeu. Alemanha que, por evolução político-estratégica da União Européia, conseqüente do quadro geopolítico mundial, possa instituir-se em poder hegemônico das duas Europas. Alemanha, enfim, que vem de envolver-se nas guerras 14/18 e 39/45, duas vezes partilhada e dividida por quatro décadas.

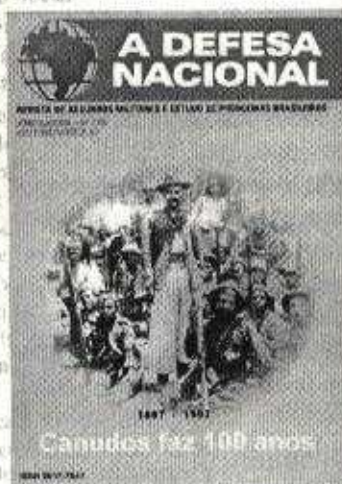
Que frutifiquem, portanto, as relações Brasil-Alemanha na Europa do futuro, relações político-estratégicas, econômico-comerciais, científico-tecnológicas e culturais, relações de cooperação, de complementação e de paz duradouras.

## BIBLIOGRAFIA

- REAGEAN, G.G. e T.P., *Atlas Stratégique*, 1983, p. 223.  
 FREEDMAN, Lawrence, *La Stratégie Mondiale*, 1985, Paris, p. 187.  
 KENNEDY, Paul, *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, 1988, Trad., p. 675.  
 KENNEDY, Paul, *Preparação para o Século XXI*, 1993, Rio, Trad.  
 ARON, R., *Paz e Guerra entre as Nações*, 1979, Trad.  
 ROSECRANCE, R., *The Rise of the Trading State*, 1986, NY.  
 IPIRI, *Temas de Política Externa Brasileira*, 1991, vols. 1 e 2.  
 RAPOSO Filho, Amerino, *Dimensões da Estratégia*, 1990, BIBLIEx, vols 1 e 2.  
 ———, *Conjuntura Internacional; Centros Mundiais de Poder*, Cont., 1990, ESG.  
 BANDEIRA, Moniz, *Do Ideal Socialista ao Socialismo Real: a Reunificação da Alemanha*, 1992, SP.

# A Defesa Nacional

## REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



**AGORA  
FICOU MAIS  
FÁCIL  
TORNAR-SE  
ASSINANTE!**

*Basta remeter um cheque em nome de A DEFESA NACIONAL, constando no verso, a finalidade do mesmo, e V. receberá em seu endereço, os quatro números anuais.*

**LIGUE GRÁTIS**  
 **(0800) 238365**  
 E-mail: [bibliex@ism.com.br](mailto:bibliex@ism.com.br)

**ASSINATURA ANUAL**  
 Brasil - R\$ 15,00  
 Exterior - US\$ 30,00

**Veja neste número, o PEDIDO DE ASSINATURA, com maiores informações**

O artigo Norte/criada a posição

A

certaesp  
 das Rel  
 - aos P  
 Terrest  
 Aéreo.  
 ficava p  
 pequena  
 em suas  
 rinas e p  
 dado po  
 amplo e  
 das mar  
 grandes  
 meiras  
 saiam v  
 manha, a  
 outros de  
 porém de

\* Professo  
 te da ESG.  
 l. Seleccion